



## O PATRIMÔNIO: OS FILTROS DIGITAIS E SUAS RELAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA E UMA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DO MUSEU DA JUSTIÇA DE NITERÓI

*Heritage: digital filters and their relationships in the construction of a memory and historical consciousness of the Niterói museum of justice*

*Le patrimoine: les filtres et leurs relations dans la construction d'une mémoire et d'une conscience historique du musée de la justice de Niteroi*

Flávia Beatriz de Nazareth<sup>1</sup>  
Manuella de Souza Santana<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as formas de representação do Museu do Palácio da Justiça de Niterói em seus espaços físico e digital, buscando compreender de que modo essas representações contribuem para a construção e preservação da memória institucional. De natureza qualitativa e interpretativa, a pesquisa examina como o passado do museu é apresentado no contexto da cultura digital, observando as implicações dessa exposição para a relação com o patrimônio histórico. Para tanto, foram realizadas leituras teóricas, visitas à Praça da República e exame do site e das redes sociais do Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

**Palavras-chave:** Museu. Memória. Patrimônio. Cultura. Passado.

**Abstract:** This article aims to analyse the forms of representation of the Niterói's Palace of Justice Museum in its physical and digital spaces, seeking to understand how these representations contribute to the construction and preservation of institutional memory. Of a qualitative and interpretative nature, the research examines how the museum's past is presented in the context of digital culture, observing the implications of this exhibition for the relationship with historical heritage. In order to do so, theoretical readings were carried out, visits were made to the Republic Square, and the website and social media of the Museum of Justice - Cultural Centre of the Judiciary of the State of Rio de Janeiro (PJERJ) were examined.

**Keywords:** Museum. Memory. Heritage. Culture. Past.

<sup>1</sup> Doutora em História, professora adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, unidade Faculdade Formação dos Professores. Email: [flavia.beatriz.nazareth@uerj.br](mailto:flavia.beatriz.nazareth@uerj.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3664721836900007>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8945-9277>.

<sup>2</sup> Graduada em História e graduanda em Direito. Email: [manuellasantana@gmail.com](mailto:manuellasantana@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5639017485127512>; Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0006-4263-9787>.



**Résumé:** Le présent article a pour objectif d'analyser les formes de représentation du Musée du Palais de Justice de Niterói dans ses espaces physique et numérique, \_\*afin de comprendre de quelle manière ces représentations contribuent à la construction et à la préservation de la mémoire institutionnelle. De nature qualitative et interprétative, cette recherche examine comment le passé du musée est présenté dans le contexte de la culture numérique, en observant les implications de cette mise en exposition sur la relation au patrimoine historique. À cette fin, des lectures théoriques ont été effectuées, accompagnées de visites à la Praça da República et d'un examen du site web ainsi que des réseaux sociaux du Musée de la Justice – Centre culturel du Pouvoir judiciaire de l'État de Rio de Janeiro (PJERJ).

**Mots clés:** Musée. Mémoire. Patrimoine. Culture. Passé.

## Introdução

Este trabalho é fruto de inquietações surgidas no projeto “História Fluminense e Mídias Digitais: caminhos para uma outra história”, iniciativa que aborda questões de memória, territorialidade e cultura digital. A proposta nasceu no contexto da bolsa de Prodocência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos campos da História Fluminense e da História Pública Digital, refletindo criticamente sobre o uso do espaço urbano e suas relações com a memória coletiva e as tecnologias contemporâneas.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o Museu da Justiça, sediado no Palácio da Justiça de Niterói, em sua totalidade, contemplando tanto o ambiente físico quanto o virtual. Busca-se compreender as principais diferenças entre esses dois espaços e refletir sobre de que forma o ideal republicano — elemento central na concepção do edifício — é representado na atualidade. A pesquisa, de natureza qualitativa e interpretativa, fundamenta-se nas perspectivas de Bogdan e Biklen (1994) e de Minayo (2010), que entendem esse tipo de abordagem como um processo de interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelos contextos observados. Essa opção metodológica possibilitou uma análise mais aprofundada das formas de representação e preservação da memória institucional, articulando dimensões materiais e simbólicas.

Dessa forma, foram realizadas observações de campo e visitas presenciais ao entorno do Palácio da Justiça, localizado na Praça da República, com o objetivo de compreender como o espaço urbano dialoga com o edifício e com o Museu da Justiça. Durante as visitas, foram registrados aspectos como a disposição arquitetônica do prédio, sua integração com o conjunto histórico do centro de Niterói, as dinâmicas de circulação de visitantes e transeuntes, além dos usos contemporâneos da praça. Tais observações foram complementadas por registros fotográficos e anotações em diário de campo, que serviram como suporte para a análise

interpretativa. Paralelamente, foi realizado o exame de textos relacionados à memória e ao patrimônio, bem como o estudo do site e das redes sociais do Museu da Justiça, buscando estabelecer um diálogo entre as dinâmicas do espaço territorial e os recursos digitais mobilizados na construção de sua presença pública.

Destaca-se que o resultado obtido ao longo do trabalho demonstrou que a representação virtual veiculada no site institucional não corresponde à realidade do espaço físico. No endereço eletrônico do Palácio da Justiça, o local é apresentado como um centro cultural ativo, com intensa programação e ampla frequência de público. Entretanto, tanto o interior do edifício quanto a Praça da República — espaço adjacente e historicamente relevante — apresentam-se, na prática, majoritariamente vazios e marcados por baixa ocupação cotidiana. Essa discrepância evidencia um descompasso entre a imagem projetada institucionalmente e a experiência concreta do lugar, indicando uma tentativa de valorização simbólica que, embora compreensível no campo da gestão cultural, compromete a autenticidade da mediação com o público. Assim, os resultados apontam para os limites da representação digital na preservação e difusão da memória, especialmente quando esta se afasta das dinâmicas reais do território.

### **Entre símbolos e poder: a praça da República como palco da ideologia republicana.**

O economista Almir Cézar, graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pesquisador nas áreas de planejamento econômico, orçamento público e desenvolvimento territorial, desenvolveu um estudo sobre o processo de modernização urbana de Niterói no início do século XX. Tal trabalho serviu de base para as informações apresentadas neste tópico, que evidenciam como as gestões municipais da época contribuíram para a reconfiguração do espaço urbano e simbólico da cidade. Em seu estudo, destaca-se a atuação do prefeito João Pereira Ferraz, que, durante sua gestão, entre 1906 e 1910, promoveu um conjunto de intervenções voltadas à urbanização e ao embelezamento da cidade. Entre as medidas implementadas, encontram-se a pavimentação da Alameda São Boaventura, a criação da Avenida da Orla de Icaraí e a construção do cais e do Jardim do Gragoatá. Ferraz também foi responsável pela edificação do Palácio Araribóia, primeira sede do governo municipal, e pela requalificação do Campo de São Bento, posteriormente renomeado Parque Prefeito Ferraz, em sua homenagem.

Na administração seguinte, Feliciano Sodré deu continuidade à série de reformas, sendo responsável, em 1911, pela remodelação do Teatro João Caetano, atual Teatro Municipal de Niterói. Encaminhou também à Câmara de Vereadores algumas propostas voltadas ao saneamento da enseada de São Lourenço, à implantação de um porto de grande capacidade e à captação de recursos hídricos. Além disso, promoveu a construção de uma nova sede para o Poder Legislativo, nomeada Paço Municipal de Niterói, em substituição à antiga Casa da Câmara e Cadeia, erguida em 1824, cuja demolição foi incentivada por seu caráter simbólico associado ao regime imperial, o qual buscava suprimir.

Conforme o esperado, tais modificações refletiam intenções políticas e sociais, sobretudo porque, naquele momento, após Niterói ter sido palco de conflitos como a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, a cidade foi reconduzida à condição de capital do estado — aspecto determinante para as reparações na infraestrutura urbana. Buscava-se, inclusive, que o local apresentasse condições para sediar órgãos públicos estaduais e expressasse um simbolismo capaz de representar as ambições políticas e econômicas das elites regionais diante da nova ordem republicana.

O contexto também exerceu influência determinante na condução dessas transformações, já que o estado do Rio de Janeiro, no começo do século XX, vivenciava instabilidade política e econômica em virtude da crise do café e da consolidação da aliança entre São Paulo e Minas Gerais. Nesse cenário, convém mencionar o movimento denominado Renascença Fluminense, uma mobilização que tinha como objetivo reconstruir a identidade e valorizar um estado que, em tempos anteriores, ocupara posição de destaque como principal força motriz da economia nacional. Além disso, configurava-se como uma articulação política de caráter regional, concebida em resposta ao fracasso do projeto presidencial de Nilo Peçanha, visando apresentar ao país uma alternativa ao pacto oligárquico do café com leite e recolocar o estado do Rio de Janeiro no centro das decisões políticas nacionais.

Sendo assim, a Praça da República, situada no centro da cidade de Niterói, foi idealizada como parte de um ambicioso projeto de reconfiguração urbana, cuja finalidade era consolidar, no local, um centro cívico representativo dos novos ideais republicanos. A proposta previa a edificação de diversos prédios públicos em seu entorno, atribuindo à praça um papel simbólico no processo de modernização institucional da capital fluminense. A concepção do espaço esteve diretamente vinculada à memória da Proclamação da República de 1889, funcionando como homenagem aos personagens fluminenses que atuaram na implantação do novo regime.



Na obra anteriormente mencionada, elaborada em comemoração ao centenário da Praça da República de Niterói, o economista Almir Cézar também refletiu sobre a constituição e o significado desse importante conjunto urbanístico. Segundo o autor, o projeto previa uma praça ajardinada, ornamentada pelo monumento “Triunfo à República”, e ladeada por edificações públicas planejadas para abrigar os três poderes estaduais, além de instituições voltadas à educação, à cultura e à ordem pública. Integrava-se a esse arranjo uma avenida, conformando, em sua totalidade, o núcleo cívico da antiga capital do estado do Rio de Janeiro. A concepção inicial da praça foi elaborada pelo engenheiro francês Émile Depuy Tessain e, posteriormente, concluída pelo italiano Pedro Campofiorito. Ressalta-se que as obras tiveram início em 1913, embora o monumento e o jardim tenham sido inaugurados apenas em 1927. Já em 1935, foi finalizada a construção do último grande equipamento público do conjunto, a Biblioteca Pública Estadual, e, em 1942, teve início a abertura da Avenida Ernani Amaral Peixoto, via que já constava no projeto original de reconfiguração urbana.

Em 1970, o então governador Geremias de Mattos Fontes decidiu substituir a Praça da República pela nova sede do Tribunal de Justiça do Estado. No entanto, a construção foi paralisada, o que prejudicou visualmente o local, tendo em vista o “esqueleto” da estrutura de concreto. Tal situação foi tão incômoda que, em 1978, diversos setores da sociedade fluminense iniciaram uma mobilização em defesa da reconstrução da praça, o que contribuiu para que o governo estadual realizasse o tão desejado empreendimento anos mais tarde, junto com a reconstrução nos moldes originais do espaço. Além disso, tal movimentação resultou no tombamento do monumento e de todo o conjunto arquitetônico pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em janeiro de 1983. A reinauguração da Praça da República e de seu monumento ocorreu em 4 de dezembro de 1989, marcando o resgate simbólico e material de um espaço de memória para a cidade de Niterói.

O conjunto arquitetônico atual da praça é composto pelos prédios da Biblioteca Estadual de Niterói, da Assembleia Legislativa, do Colégio Liceu Nilo Peçanha, do Palácio da Polícia e do próprio Palácio da Justiça. O primeiro edifício citado, atualmente, funciona como Biblioteca Parque, um centro multimídia com coleção voltada à memória, ao patrimônio e à territorialidade de Niterói e do estado do Rio de Janeiro, enquanto o segundo abriga a Câmara dos Vereadores do município. No local do antigo Palácio da Polícia funciona, hoje, a 76<sup>a</sup> Delegacia. Somam-se a esses os edifícios conhecidos como as Secretarias, o Parthenon e o Teatro Leopoldo Froés,

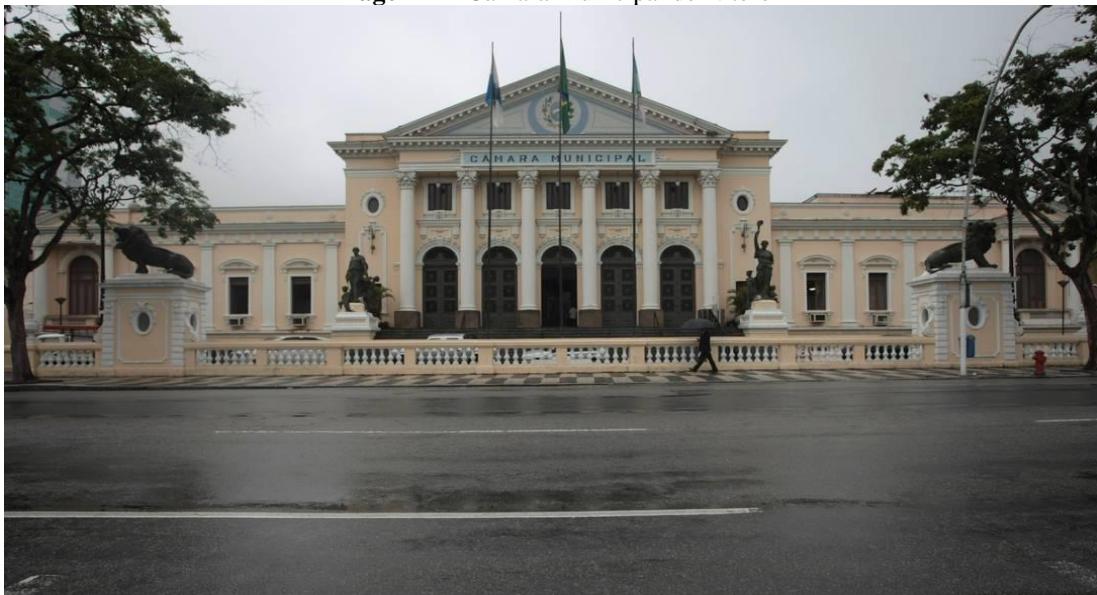
construções que não constavam no planejamento original da praça. O teatro permaneceu inativo por um longo período, atravessando fases de abandono que comprometeram sua função cultural e social. A situação se agravou quando um incêndio atingiu parte de suas instalações — episódio que não apenas causou danos materiais significativos, mas também despertou ampla comoção pública. Diversos políticos e moradores de Niterói manifestaram-se nas redes sociais, lamentando a perda e destacando a importância histórica e simbólica do espaço para a cidade.

**Imagen 1** – Biblioteca Parque Estadual de Niterói



**Fonte:** Jornal da cidade de Niterói, 2017

**Imagen 2** – Câmara Municipal de Niterói



**Fonte:** Jornal O Globo, 2015



**Imagen 3 – Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha**



**Fonte:** Jornal O Globo, 2019

**Imagen 4 - Museu da Justiça de Niterói**



**Fonte:** Jornal da Cidade de Niterói, 2022

**Imagen 6 – 76ª Delegacia de Polícia**



**Fonte:** Blogspot, 2013

### **Museu da justiça: a construção de um espaço híbrido.**

O economista Almir Cezar (2013) analisa o antigo Palácio da Justiça de Niterói como um exemplo das transformações urbanas e simbólicas que marcam o centro histórico da cidade. De acordo com o autor, o edifício expressa as mudanças nas funções institucionais e nos usos sociais do espaço público ao longo das décadas. Construído em 1920 para sediar o Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro, o prédio passou, em 1975, a abrigar o Fórum da Comarca de Niterói e a Biblioteca Regional do Tribunal de Justiça, após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Em 2010, o imóvel foi reformado e restaurado dentro de um esforço de revitalização dos edifícios do setor judiciário.

De acordo com informações disponibilizadas no site oficial do Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), o espaço foi criado em 2017 com o propósito de promover atividades culturais vinculadas ao Poder Judiciário. Desde então, o edifício histórico passou a sediar uma programação diversificada de eventos presenciais e virtuais, reunidos na aba “Agenda” do site institucional, onde as atividades são organizadas por mês e acompanhadas de descrições detalhadas.

Entre as iniciativas registradas, destaca-se, no mês de março, o evento alusivo ao Mês da Mulher, que reuniu profissionais da área do Direito em palestras sobre prevenção e combate à violência contra as mulheres. Em julho, foi inaugurada a exposição “Rosto de Mulher”, uma



coletânea que apresenta, de maneira sensível, as múltiplas violências sofridas pelos corpos femininos ao longo do tempo, abordando também a temática da violência vicária. Já em agosto, o Museu da Justiça de Niterói sediou diversas atividades de caráter educativo, como uma oficina de cordel, uma troca de livros, além das apresentações de Jef Rodrigues e do Duo Adour, inseridas, respectivamente, nos projetos “Arte e Educação” e na programação da segunda edição do Festival FELINI – Festival Lírico de Niterói.

Sendo assim, observa-se que o espaço virtual é organizado e intuitivo, uma vez que disponibiliza, para quem o acessa, informações sobre os responsáveis pela organização e administração do local, uma galeria de fotos do museu e dos eventos, os programas relacionados à educação, informações sobre visitas guiadas e uma seção de dúvidas frequentes. No entanto, quando é analisado o espaço em que o museu está inserido, a realidade encontrada é outra. A praça, que no passado foi utilizada para expressar o apogeu do movimento republicano, atualmente reflete insegurança, mazelas sociais e o fracasso político. Tal circunstância explica, inclusive — conforme veiculado em fotos no tópico anterior —, o motivo de grande parte dos eventos realizados no Palácio e na Praça da República apresentarem baixa adesão e público reduzido.

Nesse aspecto, cabe a discussão sobre a representação de um local na internet e no espaço real. Diante disso, vale mencionar o texto “Comunicação: A Internet – a geração de um novo espaço antropológico”, da professora de Filosofia da Universidade de Aveiro, Lídia Oliveira, em que a autora chama atenção para o espaço híbrido que se tornou a internet, visto que nela coexistem situações como:

o sujeito vive a possibilidade de ambivalência entre o local e o global, entre o eu e o anonimato, entre o eu e o outro do pseudônimo, entre a pertença e o desenraizamento, entre o ser produtor e consumidor de conhecimentos à escala global, entre a nacionalidade e o cosmopolitismo, etc... (Silva, 1999, p.62 *apud* Oliveira, 2001).

A internet, conforme imaginado, não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas sim um próprio espaço — o ciberespaço —, que reconfigura as noções tradicionais de tempo e espaço. Ao compactar essas coordenadas, conforme destacado pela professora, a experiência humana é transformada: o “aqui” e o “agora” passam a ser simultaneamente locais e globais, individuais e coletivos, tangíveis e simbólicos. Essa ambiguidade revela um novo espaço antropológico em que a interação social, assim como no mundo físico, apresenta valores, afetos

e disputas. Tais aspectos moldam tanto os modos de pertencimento quanto as relações na internet e sua ligação com o contexto físico. Diante disso, pode-se observar que os sujeitos reconstruem suas identidades e relações, produzindo novas formas de sociabilidade que não apenas refletem, mas reconfiguram os valores culturais contemporâneos. Portanto, a internet constitui um campo de tensões, tendo em vista os desafios existentes para delimitar as fronteiras entre o real e o virtual (Oliveira, 2001).

À vista disso, destaca-se que as mídias sociais modificam as configurações do espaço físico, seja por meio de uma foto alterada do local ou de um conteúdo produzido a partir de outra perspectiva. As interações entre a rede e o ambiente são, portanto, resultado de uma construção social que, como menciona a professora, é moldada quase prioritariamente por valores estéticos (Oliveira, 2001). Tal conjuntura faz com que, mesmo quando locais como esse são visitados, o sejam, em sua maioria, devido a esse apelo visual. Edifícios imponentes, fachadas históricas ou detalhes arquitetônicos tornam-se bons cenários para registros fotográficos. Nesse contexto, a experiência do lugar é frequentemente mediada pela lógica da performance visual, impulsionada por redes sociais como o Instagram, onde a presença física é transformada em representação imagética. O valor simbólico do espaço se desloca: mais do que sua função original ou seu conteúdo histórico, o que atrai o visitante é sua potencialidade visual — sua capacidade de gerar imagens atrativas e compartilháveis. Assim, a arquitetura torna-se parte de um circuito de consumo simbólico, em que o espaço patrimonial é apropriado como pano de fundo para o desempenho dos sujeitos na cultura digital contemporânea.

Inclusive, na virtualização, a representação passa a assumir o papel da própria realidade, tornando-se indistinguível do real. Nesse cenário, a sociedade constrói e divulga sua autoimagem em ambientes virtuais, passando a viver a partir dessa projeção digital — como se contemplasse um reflexo em um espelho e habitasse essa representação. Esse processo gera um confinamento digital, no qual indivíduos e grupos ficam presos à imagem idealizada que criaram para o próprio espaço online (Jeudy, 1999, *apud* Oliveira, 2001). Tal conjuntura faz com que o campo acadêmico reflita sobre quais valores estão sendo utilizados para construir essas relações. No próprio site do Palácio, que não deve ser de todo criticado, há a necessidade de se fazer alguns questionamentos, tendo em vista a grande quantidade de fotografias dos eventos, enquanto o público visitante não pode registrar imagens do interior do local. Essa restrição transmite a ideia de que é mais valorizado construir uma imagem a partir da internet do que do próprio espaço físico.



Apesar de tratar-se de outro museu, é relevante mencionar o vídeo veiculado na conta principal do CCBB do Rio de Janeiro, no qual a informação central apresentada é sobre como fazer fotos no museu. Além disso, o primeiro comentário do material questiona se o local permite a realização de ensaios fotográficos. A ironia reside precisamente no fato de se criticar a performance digital dos museus e espaços culturais, ao mesmo tempo em que o próprio Palácio da Justiça enfrenta problemas significativos de visibilidade e reconhecimento público justamente por não adotar esse tipo de atuação nas redes sociais.

Torna-se nítido, portanto, que essas características impactam diretamente o território, pois, nesse contexto de hiperconectividade, são os interesses, afetos e identificações coletivas que passam a configurar a topologia das relações sociais — e não mais a mera proximidade geográfica. A vivência contemporânea nos ambientes digitais implica uma condição paradoxal: simultaneamente situada e deslocada, ancorada em um espaço físico concreto, de onde o sujeito emite conteúdos e interage, e, ao mesmo tempo, expandida para múltiplas espacialidades simbólicas acessadas por meio da navegação em rede. O antropólogo e etnólogo francês Marc Augé afirma que, além do espaço híbrido – fenômeno já mencionado neste trabalho –, a internet possibilita uma dupla lógica: os lugares e os não-lugares:

os não-lugares mediatizam todo um conjunto de relações consigo próprio e com os outros que só indirectamente dependem dos seus fins: tal como os lugares antropológicos são produtores de social orgânico, os não-lugares criam uma contratualidade solitária (Augé, 1994, p. 99-100).

Essa situação ocorre quando locais históricos e patrimoniais são ocupados apenas por motivações “instagramáveis”, já que o espaço é experienciado como palco de representação, mais do que como território de memória. Isso reforça sua condição de cenário transitório e performático, desconectado de sua historicidade, mas funcional dentro da economia simbólica das redes sociais. Não é incomum, inclusive, pesquisar sobre atividades no Rio de Janeiro e encontrar indicações de museus apenas como opções para dias frios, com ênfase nas características arquitetônicas dos edifícios e nas vistas dos respectivos locais, sem qualquer menção ao conteúdo das exposições ou à proposta cultural desses espaços.

## Quando a praça silencia: o impacto do digital na memória construída no espaço público

A comunicação no espaço físico tem sido progressivamente enfraquecida diante da crescente substituição desses ambientes pelos digitais. As interações presenciais, responsáveis pelos laços comunitários e, até mesmo, pelo compartilhamento de memórias, estão sendo transformadas em vínculos mediados por plataformas digitais, que, por sua vez, são mais instantâneos e menos estáveis. Não é difícil estar em um lugar e perceber que a maioria das pessoas presentes no espaço não está atenta ao que ocorre ao redor, mas com o foco direcionado para uma tela à frente de seus rostos. Tal característica faz com que a vivência coletiva dos espaços e o sentimento de pertencimento territorial e afetivo, aos poucos, se percam. A tradicional vida de bairro, os encontros em praças, igrejas e outros pontos de convivência têm cedido lugar à sociabilidade mediada por telas, em que o espaço geográfico é substituído por redes de afinidade algorítmica. As experiências e memórias historicamente construídas na praça e no edifício da Justiça são progressivamente substituídas por registros fotográficos planejados no site, direcionados à lógica da divulgação.

Essa dinâmica está intimamente relacionada ao fenômeno descrito pelo historiador francês Pierre Nora, que, em *Les lieux de mémoire*, analisa o processo de subsunção da memória pela história. Segundo o autor, com o avanço da modernidade, a memória – outrora espontânea, coletiva e vivida – passa a ser progressivamente absorvida por uma história racionalizada, artificial e institucionalizada. Nesse contexto, os espaços digitais funcionam como novos “lugares de memória”, porém desprovidos da experiência vivida e da corporeidade dos antigos espaços de sociabilidade. Assim, a memória deixa de ser construída no contato direto e passa a ser mediada por registros e imagens idealizados.

Tal fenômeno impacta diretamente a construção da memória, tendo em vista que a rede se popularizou, promovendo uma valorização exagerada da imagem pessoal e fazendo com que, cada vez mais, os indivíduos priorizem suas experiências individuais em detrimento das coletivas. Contrariando o que muitos podem imaginar, esse comportamento prejudica a formação da identidade dos usuários, já que a identidade se constrói a partir da memória, e esta, por sua vez, é alimentada em espaços sociais coletivos. Dessa forma, em vez de fortalecer as relações interpessoais, os serviços digitais muitas vezes ocupam o lugar do encontro físico, levando a questionar o que se perde quando a memória deixa de ser construída com base na experiência comum do espaço compartilhado.



Por outro lado, Aleida Assmann oferece uma leitura mais crítica dessa visão. A autora problematiza a ideia de desaparecimento da memória na contemporaneidade. Para Assmann, a memória não possui uma essência imutável — seus modos de manifestação são moldados culturalmente e variam de acordo com o tempo e com o contexto social em que se inserem. Desse modo, o que se observa não é um esvaziamento da memória, mas uma transformação de suas formas e funções. Em vez de uma extinção, há um deslocamento: certas práticas de lembrança, especialmente as ligadas à convivência coletiva e à tradição, perdem espaço para novas formas de rememoração mediadas pelas tecnologias digitais e pelos fluxos de informação contemporâneos.

Essa dinâmica de transformação da memória também se manifesta no contexto da Praça da República, em Niterói. O espaço, originalmente concebido pelo movimento Renascença Fluminense — que, entre 1910 e 1930, buscou afirmar o papel simbólico da cidade no imaginário republicano —, ilustra como determinadas formas de lembrar e valorizar o passado se enfraqueceram ao longo do tempo. A memória viva e coletiva que outrora animava o local foi gradualmente substituída por registros institucionais e digitais, menos enraizados na experiência social. Isso se evidencia, por exemplo, no próprio site do Palácio da Justiça, um dos principais edifícios desse centro cívico, que não possui página própria, figurando apenas como uma aba do site do Palácio do Rio de Janeiro — reflexo simbólico de um deslocamento da memória local para um espaço digital mais centralizado e impessoal.

### **O digital e a dificuldade de produzir o ensino e a consciência histórica.**

A princípio, ao abordar o conceito de consciência histórica, é imprescindível recorrer ao pensamento do filósofo e historiador Jörn Rüsen, um dos principais nomes no campo da teoria da história contemporânea. Para o autor, a consciência histórica não se limita à mera contemplação do passado, já que, para o alemão, trata-se de uma capacidade humana vinculada à construção de sentido no tempo. Nesse sentido, desenvolver consciência histórica implica formar sujeitos capazes de analisar criticamente o passado, situar-se no presente e agir de maneira responsável diante das possibilidades futuras. Diante disso, o tempo histórico, conforme o imaginado, não é uma sucessão cronológica de eventos, mas um campo de construção científica que permite ao sujeito posicionar-se criticamente na sociedade.

No entanto, em um cenário marcado pela sobrecarga informacional, pela circulação de discursos fragmentados e pela relativização da verdade histórica, cultivar a consciência histórica torna-se um desafio social. Isso ocorre devido à ambiguidade presente na esfera digital, em que, por exemplo, os dados — mais conhecidos como algoritmos — são frequentemente utilizados para modificar a navegação do indivíduo. Destaca-se que, com essa nova tendência, o sujeito dispõe de diversos comportamentos, opiniões e conteúdos com uma rapidez e facilidade de distribuição nunca vistas antes. Sendo assim, as informações divulgadas, na maioria das vezes, não são verificadas, podendo ser falsas, incompletas ou editadas, o que prejudica as notícias recebidas e até mesmo os comportamentos sociais. Dessa forma, ao buscar com frequência por locais considerados bons para fotos, o sujeito passará a receber, por meio do algoritmo, conteúdos relacionados a esse interesse. Assim, caso um museu apareça nessas recomendações, ele será apresentado apenas como cenário para registros e locações, e não como espaço cultural e histórico.

Torna-se nítido, portanto, que os algoritmos organizam o acesso ao conhecimento de forma personalizada e descontextualizada, criando bolhas informacionais que reforçam crenças prévias e limitam o contato com diferentes perspectivas históricas. Esse cenário, conforme já mencionado, compromete o desenvolvimento da consciência histórica, uma vez que impede o confronto com a alteridade e com os conflitos inerentes à experiência humana no tempo. Assim, ao substituir a mediação cuidadosa e crítica dos conteúdos históricos por uma lógica de consumo rápido e descartável, a internet fragiliza os processos formativos que deveriam levar o sujeito a compreender a complexidade do presente à luz do passado — exatamente aquilo que está no cerne da consciência histórica.

## Conclusões

Obviamente, não se pode — nem se deve — criticar a internet por completo. No entanto, Lídia, a antropóloga já mencionada neste artigo, destaca a necessidade de não tratá-la como “redentora e salvadora”, principalmente quando o assunto são as construções históricas, visto que, além de preterir o espaço físico em comparação ao ciberespaço, tal postura prejudica a construção e a transmissão da memória e da identidade social e, muitas vezes, em outros monumentos, esvazia o significado desses espaços, tornando-os meros locais estéticos.

A filósofa já citada neste trabalho, Lídia Oliveira, reforça a importância de repensar as bases da reflexão crítica, superando os moldes tradicionais ancorados na



racionalidade moderna de matriz cartesiana que, apesar de promover a crítica, falha ao não aplicá-la a si própria. A crítica não pode mais estar limitada à lógica instrumental e à racionalidade ocidental hegemônica; ela deve ser reconstruída com base em uma diversidade epistemológica que valorize saberes plurais, nos quais a razão se entrelace com a sensibilidade, o pensamento lógico com o imaginário e o conhecimento ocidental com outras formas culturais de compreender o mundo.

Tal atitude é fundamental para refletir sobre formas de potencializar os aspectos positivos da internet e, assim, equilibrar o uso digital com a memória, a consciência histórica e os patrimônios culturais. A era digital, compreendida como um poderoso e multifacetado meio de comunicação, trouxe consigo uma ampliação sem precedentes das possibilidades expressivas e comunicacionais. Se, em períodos anteriores, a escrita ocupava lugar central e predominante na transmissão de informações e na construção de sentidos, atualmente ela foi incorporada a um conjunto mais amplo de linguagens, que abrange, de maneira integrada, o movimento, o áudio, a imagem estática e a imagem em movimento.

Essa convergência de mídias permite que, em uma única publicação nas redes sociais, seja possível reunir, de forma simultânea, elementos textuais, sonoros e visuais, compondo mensagens de alta densidade comunicativa e estética. Tal configuração não apenas redefine as práticas de produção e circulação de conteúdos, mas também fomenta a criação de ambientes alternativos, dotados de novas dinâmicas interativas e capazes de potencializar processos de virtualização, conferindo à experiência digital um caráter imersivo e híbrido que, quando bem utilizado, transforma-se em uma excelente ferramenta.

Para isso, é fundamental questionar o uso atual e pensar sobre uma virtualização que se expande progressivamente, alcançando todos os domínios da esfera simbólica e projetando-se sobre a totalidade da experiência humana. Trata-se de um fenômeno duplamente global: global pelo alcance planetário de suas redes e global pela capacidade de penetrar e reconfigurar os mais diversos aspectos da vida social, cultural e cognitiva. Com esse pressuposto em mente, ao longo do desenvolvimento do projeto buscamos conceber alternativas que possibilitessem a articulação entre a internet e o conhecimento histórico de forma acessível e atraente.

A intenção central foi criar uma experiência digital que, mesmo voltada para o público que acessa a internet em busca de conteúdos considerados “instagramáveis” ou visualmente atrativos, também oferecesse acesso a informações e curiosidades históricas relevantes sobre

os locais em questão. Dessa forma, mesmo que o interesse inicial fosse motivado por aspectos estéticos ou por tendências das redes sociais, os usuários seriam convidados a ampliar sua compreensão sobre o patrimônio cultural e histórico presente nesses espaços.

Para viabilizar essa proposta, foi criado um perfil no Instagram intitulado “Caminhos Fluminense”, que funciona como um ponto de convergência entre a cultura digital e a memória histórica, promovendo conteúdos dinâmicos, visuais e educativos que estimulam a reflexão e o engajamento em torno da história local. Por meio da publicação de conteúdos visuais e informativos, o perfil promove uma experiência reflexiva e envolvente, estimulando o engajamento do público com a história da região. Os posts apresentam imagens que contrapõem registros do passado e do presente, acompanhados de explicações detalhadas sobre os locais retratados, estabelecendo uma narrativa visual que aproxima o público da dimensão temporal e cultural desses patrimônios.

Além disso, foi produzido também um podcast intitulado “Memória, Espaço e Internet apresenta: As novas vítimas dos filtros da internet – As Construções Históricas”, cujo conteúdo aborda, de maneira aprofundada, o fenômeno da virtualização e a forma como as construções históricas são impactadas pelos filtros e algoritmos presentes nas plataformas digitais. Este trabalho representa uma iniciativa importante, especialmente considerando a crescente popularidade dos podcasts como meio de comunicação e consumo de informação na contemporaneidade. Ao utilizar esse formato, que alia acessibilidade e profundidade, buscou-se alcançar um público diversificado e engajado, promovendo reflexões críticas acerca dos desafios enfrentados pela preservação e divulgação do patrimônio histórico no ambiente virtual.

Outro integrante do grupo contribuiu para o projeto por meio da recriação digital da Praça da República, utilizando o ambiente virtual do Minecraft. Essa iniciativa inovadora possibilitou uma representação tridimensional e interativa do espaço público, permitindo que os usuários explorassem, de maneira imersiva, os elementos arquitetônicos e históricos da praça. Ao transpor o patrimônio físico para uma plataforma digital acessível e lúdica, o trabalho ampliou as possibilidades de apropriação cultural, especialmente entre públicos mais jovens e familiarizados com o universo dos jogos eletrônicos. Essa recriação não apenas valoriza a memória local, mas também demonstra como ferramentas digitais podem ser empregadas para fomentar o interesse histórico e promover novas formas de engajamento comunitário no ambiente virtual.

Ao longo deste artigo, observamos como o ambiente digital tem impactado a forma de compreender e preservar o patrimônio histórico, especialmente diante da crescente valorização da performance e da exposição do “eu” nas redes sociais. Essa predominância do espetáculo pessoal contribui para aprofundar a crise da consciência histórica, uma vez que dificulta a transmissão coletiva da memória, que tradicionalmente se alimenta e se fortalece em espaços compartilhados e comunitários. A ênfase excessiva no individual e no efêmero tende a fragmentar as narrativas históricas, comprometendo seu papel social e educativo.

Por outro lado, reconhecemos que o meio digital também oferece inúmeras vantagens, como a ampliação do acesso à informação, a criação de novos espaços de diálogo e a possibilidade de inovação na forma de divulgar e vivenciar a história. O projeto desenvolvido, por meio das atividades propostas – como o perfil “Caminhos Fluminense” e o podcast “Memória, Espaço e Internet” –, buscou justamente equilibrar esses aspectos, promovendo uma articulação entre cultura digital e memória coletiva que estimula a reflexão crítica, o engajamento comunitário e a valorização do patrimônio histórico em sua dimensão social e educativa, tomando como referência o Palácio da Justiça de Niterói e a Praça da República.

## Referências

A PRAÇA da República e o Centro Cívico. **Cultura Niterói**, 19 set. 2024. Disponível em: <https://culturานiteroi.com.br/blog/nictheroy/6362>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

AUGÉ, M. **Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Trad. [não informado]. Venda Nova: Bertrand, 1994.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CCBBCULTURA. Breve explicação sobre tema de cultura geral [Vídeo]. TikTok, 20 ago. 2024. Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMAFKnHAs/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CEZAR, A. 100 anos da Praça da República de Niterói: a primeira revitalização elitista da cidade. **Limiar e Transformação Econômica**, Niterói, 27 jan. 2013. Disponível em: <https://limiaretransformacao.blogspot.com/2013/01/100-anos-da-praca-da-republica-de.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CIDADE DE NITERÓI. Museu da Justiça de Niterói abre exposição de fotos que revelam o inusitado no cotidiano da cidade. **Cidade de Niterói**, Niterói, 18 set. 2022. Disponível em:

<https://cidadedeniteroi.com/cultura/museu-da-justica-de-niteroi-abre-exposicao-de-fotos-que-revelam-o-inusitado-no-cotidiano-da-cidade/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CIDADE DE NITERÓI. Prefeitura reabrirá Biblioteca Parque de Niterói. **Cidade de Niterói**, Niterói, 5 jun. 2017. Disponível em: <https://cidadedeniteroi.com/cidades/cidade-prefeitura-reabrirá-biblioteca-parque-de-niteroi/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

EMILIANO, A. Teatro Leopoldo Fróes pega fogo, no Centro de Niterói. **Enfoco**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://enfoco.com.br/noticias/cidades/teatro-leopoldo-froes-pega-fogo-no-centro-de-niteroi-23571>. Acesso em: 18 jul. 2025

LEMOS, M. T. T. B. As estratégias da memória e a construção da identidade. Rio de Janeiro: **Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais**. Disponível em: [file:///C:/Users/manue/Downloads/admin\\_depext,+As+estratégias+da+memoria+e+a+construção+da+identidade.pdf](file:///C:/Users/manue/Downloads/admin_depext,+As+estratégias+da+memoria+e+a+construção+da+identidade.pdf). Acesso em: 06 ago. 2025.

MELLO, I; TEIXEIRA, F. Câmara de Niterói é uma das mais caras do estado, mostra levantamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/camara-de-niteroi-uma-das-mais-caras-do-estado-em-2016-20336890>. Acesso em: 18 jul 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOURÃO, G. Colégio Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, enfrenta problemas estruturais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/colegio-liceu-nilo-peçanha-em-niteroi-enfrenta-problemas-estruturais-23610232>. Acesso em: 18 jul. 2025.

**MUSEU da Justiça Rio de Janeiro e Niterói**. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/museu>. Acesso em: 18 jul. 2025

NORA, Pierre. **Os lugares da memória**. Tradução de Yara Aun Khoury. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

OLIVEIRA, L. **Comunicação: A internet – a geração de um novo espaço antropológico**. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/silva-lidia-oliveira-Internet-espaco-antropologico.html#:~:text=A%20rede%20intersubjetiva%20gera%20mapas,,%2C%20um%20novo%20espaço%20antropológico.&text=A%20cooperação%2C%20está%20na%20base,de%20desenvolvimento%20baseado%20na%20partilha>. Acesso em: 18 jul. 2025.

---

**Recebido em:** 27 de agosto de 2025  
**Aceito em:** 5 de novembro de 2025